

Ata 27

Ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão Gestora do Açude Arneiroz II – 07/08/2019

(Reunião Informativa)

1
2 Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, no auditório da Câmara
3 Municipal de Arneiroz, localizada na Travessa Dona Mozinha nº 10, no Centro do município de
4 Arneiroz-CE, foi realizada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Gestora do Açude Arneiroz II,
5 após verificação do quórum, com a presença de oito membros. A reunião foi iniciada pela
6 coordenadora do núcleo de gestão da COGERH de Iguatu, Hewelânya Uchôa, que saudou e
7 agradeceu a presença de todos e esclareceu que o objetivo principal da reunião é informar a situação
8 hídrica do açude Arneiroz II. Passando para apresentação o analista em gestão de recursos hídricos
9 da COGERH de Iguatu, Cássio Sales, apresentou os dados técnicos do reservatório que se encontra
10 na cota 354,93 m, com 10,53% de sua capacidade volumétrica, que corresponde a 19,76 hm³. Na
11 sequência apresentou a situação hídrica das bacias hidrográficas do Ceará, o panorama dos aportes
12 nos açudes, o acumulado de chuvas, a evolução volumétrica e o aporte do açude Arneiroz II de
13 2012 até 2019. Cássio Sales apresentou o cenário definido pelo Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica
14 do Alto Jaguaribe que, considerando a situação hídrica e as demandas prioritárias do manancial,
15 definiu a liberação pela válvula de uma vazão média de 30 L/s, exclusivamente para abastecimento
16 humano e a dessedentação animal, onde em 1º de fevereiro de 2020 o açude Arneiroz II chegará ao
17 percentual de 6,30% de capacidade, considerando aporte zero. Cássio esclareceu que a operação do
18 açude Arneiroz II no segundo semestre de 2019 deverá atender o abastecimento humano da sede de
19 Arneiroz, a comunidade de Boqueirão, as sedes de Tauá e Catarina por meio de adutora e outros
20 usos com retirada por carros pipa. A analista em gestão de recursos hídricos da COGERH de Iguatu,
21 Isabel Cavalcante, esclareceu que o Comitê de Bacia é o ente colegiado com competência legal para
22 definir a operação dos reservatórios, baseado nos dados técnicos fornecidos pela COGERH, e as
23 Comissões Gestoras tomam as decisões locais relacionadas ao açude. Passando para o debate o Sr.
24 Eudinário perguntou porque a CAGECE não utiliza a adutora para economizar água do açude e
25 falou que a adução deveria atender as comunidades no trecho. A Sra. Evaneide falou que a adutora
26 nunca funcionou e que não defende o uso da adutora, pois as comunidades são abastecidas com
27 poços alimentados pela água do rio, sendo necessário haver a liberação. Evaneide falou que é
28 necessário laminar a barragem de Arneiroz para melhorar a qualidade da água. O Sr. Francisco Leite
29 informou que são necessários dois dias de liberação para a água chegar ao poço do Boqueirão. O Sr.
30 Tibério questionou sobre a limpeza do açude, o aumento das cercas e a presença constante de
31 animais na bacia hidráulica. Cássio informou que a COGERH realizou campanhas de fiscalização,
32 notificou os proprietários com cercas no local e que a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) fará
33 uma ação para intensificar a fiscalização. O analista da COGERH de Iguatu, Mardonio Mapurunga,
34 esclareceu que é proibido colocar cercas na bacia hidráulica do açude, assim como na Área de
35 Proteção Permanente (APP) e na área poligonal de desapropriação, pois os proprietários foram
36 indenizados na construção do açude e a área hoje pertence ao Estado. Sobre as plantações informou
37 que o plantio de vazantes não foi regulamentado pelo Estado, por enquanto é uma prática proibida.
38 A Sra. Evaneide falou que o Estado deve ativar os marcos, pois os proprietários se sentem no direito
39 de ampliar as cercas e que o Estado deve se posicionar sobre esse conflito e a Comissão Gestora
40 deve ter mais autonomia para acompanhar os trabalhos do Agente de Guarda e Inspeção do
41 Reservatório (AGIR). O Sr. Francisco Vicente relatou que o açude Favelas está totalmente cercado,
42 tem pessoas da cidade de Tauá adquirindo terras e fazendo construções na bacia hidráulica e que o
43 açude secou devido as liberações. O Sr. José Martins falou sobre a necessidade de levar as
44 demandas para o Comitê de Bacia, solicitar da SRH uma vistoria e nova demarcação da área dos
45 açudes Arneiroz II e Favelas e a regulamentação dos usos nos dois mananciais. O Sr. José Martins
46 falou, também, da necessidade de uma adutora do açude Arneiroz II para Saboeiro, para dar maior

47 garantia hídrica à sede e evitar liberações por longos trechos. O Sr. Edivar falou que existem casos
48 de desmatamento da vegetação nativa e construção de casas na APP do açude Arneiroz II. O Sr.
49 Eudinário falou que as pessoas se apossam porque ainda se consideram proprietários e que é preciso
50 haver regulamentação. O Sr. Francisco Leite informou que a distância da adutora do Planalto para
51 Boqueirão é de 50 metros, entretanto foi informado que seria necessário fazer outro projeto para
52 colocar um ramal. A adutora de Arneiroz também não possui derivação para Boqueirão, sendo
53 necessário haver a liberação para atender a comunidade. Francisco Leite falou que a água do rio
54 possui muita capa rosa, por isso não pode deixar baixar a água do poço, pois piora sua qualidade e
55 fica mais difícil de tratar. Após o debate ficaram acordados os seguintes encaminhamentos: 1-
56 solicitar da SRH uma vistoria e nova demarcação da área dos açudes Arneiroz II e Favelas e a
57 regulamentação dos usos nos dois mananciais; 2- questionar a CAGECE sobre a utilização da
58 adutora dos açude Arneiroz II para abastecimento da sede de Arneiroz. Não havendo nada mais a
tratar, a reunião foi encerrada e para constar eu, Isabel Cavalcante, lavrei a